

Tarifário de Abastecimento de Água

Município de Proença-a-Nova

Ano	2019 (em vigor no ano de 2020)
Tarifário Familiar	Sim
Fonte	Enviado pelo Município
Data de receção/ última consulta	27-01-2021
Observações:	Dos documentos disponibilizados, apenas se apresenta a informação relevante para este estudo.



Tabela de preços do Município de Proença-a-Nova

DESIGNAÇÃO	PREÇO
CAPÍTULO I	
Abastecimento de água	
Artigo 1.º	
Tipo de consumidor	
1. Consumos domésticos:	
1.1. Tarifa Fixa (de acordo com o diâmetro nominal do contador)	
1.1.1. Até 25 mm	4,0000 €
1.1.2. Superior a 25 mm - Aplica-se a tarifa (componente fixa) dos utilizadores não domésticos, no diâmetro de contador correspondente	
1.2. Tarifa Variável - Água:	
1.2.1. Até 5m3	0,6000 €
1.2.2. Mais de 5 a 15m3	0,7500 €
1.2.3. Mais de 15 a 25m3	0,9375 €
1.2.4. Superior a 25m3	1,1719 €
1.3. Tarifa Variável para agregados familiares numerosos, com cinco ou mais elementos:	
1.3.1. Até (5+(n-4)) m3	0,6000 €
1.3.2. Superior a (5+(n-4))m3 até (15+(n-4)) m3	0,7500 €
1.3.3. Superior a (15+(n-4))m3 até (25+(n-4))m3	0,9375 €
1.3.4. Superior a (25+(n-4)) m3m3	1,1719 €
Em que n = número de elementos do agregado familiar	
2. Consumos não domésticos:	
2.1. Tarifa Variável - Água:	
2.1.1. Comércio, Serviços e Indústria - por m3	0,7500 €
2.1.2. Consumidores de Serviços Estatais, Empresas e Entidades Públicas - por m3	0,7500 €
2.1.3. Instituições sem fins lucrativos - por m3	0,7500 €
2.1.4. Ligação temporária ao sistema publico - eventos, obras, outros - por m3	0,9100 €
2.2. Tarifa Fixa (de acordo com o diâmetro nominal do contador)	
2.2.1. Até 25 mm	4,0000 €
2.2.2. superior a 25mm e até 30mm	5,0000 €
2.2.3. superior a 30mm e até 50 mm	6,2500 €
2.2.4. superior a 50 e até 100mm	7,8125 €
2.2.5. superior a 100 e até 300mm	9,7656 €
Artigo 2.º	
Ramais de água	
1. Execução de ramal de água :	
1.1. Até 20 metros	Gratuito
1.2. Além dos 20 metros - mediante orçamento	
Artigo 3.º	
Serviços diversos de água	
1. Suspensão da ligação do serviço a pedido do utilizador	25,00 €
2. Reestabelecimento da ligação do serviço a pedido do utilizador:	
2.1. No caso de contrato de arrendamento	25,00 €
2.2. Restantes	80,00 €
3. Reestabelecimento da ligação do serviço por incumprimento do utilizador	80,00 €
4. Leitura extraordinária de consumos de água decorrente de solicitação do utilizador	90,00 €
5. Verificação extraordinária de contador a pedido do utilizador, salvo quando se comprove a respetiva avaria por motivo não imputável ao utilizador	120,00 €
6. Reparação ou substituição de contador, torneira de segurança ou de válvula de corte, por motivo imputável ao utilizador	
7. Fornecimento de água para situações excecionais de uso doméstico, devidamente comprovadas - Transporte mediante orçamento à data, valor m3 da água de acordo com o tarifário	
8. Fornecimento de água para outras situações não prioritárias, condicionada à prévia aprovação dos serviços e disponibilidade de reserva - Transporte mediante orçamento à data, valor m3 da água igual ao 3º escalão dos Consumidores Domésticos	
9. Outros serviços a pedido do utilizador - mediante orçamento	
10. fornecimento de água para fins agro-industriais	0,1500 €
CAPÍTULO II	
Saneamento de águas residuais	
Artigo 4.º	
Tipo de consumidor	
1. Consumos domésticos:	
1.1. Tarifa Fixa - Saneamento	1,8000 €
1.2. Tarifa Variável - Saneamento:	
1.2.1. Até 5m3	0,5500 €
1.2.2. Mais de 5 a 15m3	0,6600 €



DESIGNAÇÃO	PREÇO
1.2.3. Mais de 15 a 25m3	0,7920 €
1.2.4. Superior a 25m3	0,9504 €
1.3. Tarifa Variável para agregados familiares numerosos, com cinco ou mais elementos:	
1.3.1. Até (5+(n-4)) m3	0,5500 €
1.3.2. Superior a (5+(n-4))m3 até (15+(n-4)) m3	0,6600 €
1.3.3. Superior a (15+(n-4))m3 até (25+(n-4))m3	0,7920 €
1.3.4. Superior a (25+(n-4)) m3m3	0,9504 €
Em que n = número de elementos do agregado familiar	
2. Consumos não domésticos:	
2.1. Tarifa Fixa - Saneamento	1,8000 €
2.2. Tarifa Variável - Saneamento:	
2.2.1. Comércio, Serviços e Indústria - por m3	0,6600 €
2.2.2. Consumidores de Serviços Estatais, Empresas e Entidades Públicas - por m3	0,6600 €
2.2.3. Instituições sem fins lucrativos - por m3	0,6600 €
Artigo 5.º	
Ramais de saneamento	
1. Execução de ramal de saneamento:	
1.1. Até 20 metros	Gratuito
1.2. Além dos 20 metros - mediante orçamento	
Artigo 6.º	
Limpeza de fossas sépticas	
1. Zona com rede de saneamento disponível - por cada cisterna	97,00 €
2. Zona sem rede de saneamento disponível - por cada cisterna	45,00 €
Artigo 7.º	
Serviços diversos de saneamento	
1. Desobstrução de sistemas prediais e domiciliários de saneamento - mediante orçamento	
2. Outros serviços a pedido do utilizador - mediante orçamento	
CAPÍTULO III	
Recolha, depósito e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's)	
Artigo 8.º	
Tipo de consumidor	
1. Consumos domésticos:	
1.1. Tarifa Fixa - RSU's	1,8000 €
1.2. Tarifa Variável - RSU's:	
1.2.1. Até 5m3	0,2000 €
1.2.2. Mais de 5 a 15m3	0,2500 €
1.2.3. Mais de 15 a 25m3	0,3125 €
1.2.4. Superior a 25m3	0,3906 €
1.3. Tarifa Variável para agregados familiares numerosos, com cinco ou mais elementos:	
1.3.1. Até (5+(n-4)) m3	0,2000 €
1.3.2. Superior a (5+(n-4))m3 até (15+(n-4)) m3	0,2500 €
1.3.3. Superior a (15+(n-4))m3 até (25+(n-4))m3	0,3125 €
1.3.4. Superior a (25+(n-4)) m3m3	0,3906 €
Em que n = número de elementos do agregado familiar	
2. Consumos não domésticos:	
2.1. Tarifa Fixa - RSU's	1,8000 €
2.2. Tarifa Variável - RSU's:	
2.2.1. Comércio, Serviços e Indústria - por m3	0,2500 €
2.2.2. Consumidores de Serviços Estatais, Empresas e Entidades Públicas - por m3	0,2500 €
2.2.3. Instituições sem fins lucrativos - por m3	0,2500 €
CAPÍTULO IV	
Recursos Hídricos e Gestão de Resíduos	
Artigo 9.º	
Recursos Hídricos e Gestão de Resíduos	
1. Os valores das taxas de TRH (recursos hídricos) e TGR (gestão de resíduos) cobradas ao Município serão na mesma medida cobradas ao Município:	
1.1. TRH água	
1.2. TRH saneamento	
1.3. TGR resíduos	
CAPÍTULO V	
Diversos	
Artigo 10.º	
Serviços diversos	
1. Fotocópias simples:	
1.1. A preto e branco - por cada A4	0,15 €
1.2. A cores - por cada A4	0,25 €

Regulamento de Abastecimento de Água

Município de Proença-a-Nova

Ano	2012 / 2019 (em vigor no ano de 2020)
Tarifário Familiar	Sim
Fonte	Enviado pelo Município
Data de receção/ última consulta	27-01-2021
Observações:	Dos documentos disponibilizados, apenas se apresenta a informação relevante para este estudo.

Artigo 68.º

Domicílio convencionado

1 — O utilizador considera-se domiciliado na morada por si fornecida no contrato para efeito de receção de toda a correspondência relativa à prestação do serviço.

2 — Qualquer alteração do domicílio convencionado tem de ser comunicada pelo utilizador à Entidade Gestora, produzindo efeitos no prazo de 30 dias após aquela comunicação.

Artigo 69.º

Vigência dos contratos

1 — O contrato de abastecimento de água produz os seus efeitos a partir da data do início de fornecimento, o qual deve ocorrer no prazo máximo de cinco dias úteis contados da solicitação do contrato, com ressalva das situações de força maior.

2 — O contrato de recolha de águas residuais, quando conjunto com o contrato de serviço de abastecimento de água, produz os seus efeitos a partir da data do início do fornecimento de água.

3 — Nos contratos autónomos para a prestação do serviço de recolha de água residuais, considera-se o contrato produz os seus efeitos:

a) Se o serviço for prestado por redes fixas, a partir da data de entrada em funcionamento do ramal;

b) Se o serviço for prestado por meios móveis, a partir da data da outorga do contrato.

4 — A cessação do contrato de fornecimento de água ocorre por denúncia, nos termos do Artigo 71.º, ou caducidade, nos termos do Artigo 72.º

5 — Os contratos referidos na alínea a) n.º 2 do Artigo 67.º são celebrados com o construtor ou com o dono da obra a título precário e caducam com a verificação do termo do prazo, ou suas prorrogações, fixado no respetivo alvará de licença ou autorização.

Artigo 70.º

Suspensão e reinício do contrato

1 — Os utilizadores podem solicitar, por escrito e com uma antecedência mínima de 10 dias úteis, a interrupção do serviço, por motivo de desocupação temporária do imóvel.

2 — A interrupção do serviço prevista no número anterior depende do pagamento da respetiva tarifa e implica o acerto da faturação emitida até à data da interrupção, tendo ainda por efeito a suspensão do contrato e da faturação e cobrança das tarifas mensais associadas à normal prestação do serviço a partir da data da interrupção.

3 — Quando o utilizador disponha simultaneamente do serviço de saneamento de águas residuais e do serviço de abastecimento de água, o contrato de saneamento de águas residuais suspende-se quando seja solicitada a suspensão do serviço de abastecimento de água e é retomado na mesma data que este.

4 — O serviço é retomado no prazo máximo de 5 dias contados da apresentação do pedido pelo utilizador nesse sentido, sendo a tarifa de reinício de serviço, prevista no tarifário em vigor, incluída na primeira fatura subsequente.

Artigo 71.º

Denúncia

1 — Os utilizadores podem denunciar a todo o tempo os contratos que tenham celebrado por motivo de desocupação do local de consumo/recolha, desde que o comuniquem por escrito à Entidade Gestora.

2 — Nos 15 dias subsequentes à comunicação referenciada no número anterior, os utilizadores devem facultar a leitura do contador instalado, produzindo a denúncia efeitos a partir dessa data.

3 — Não sendo possível a leitura mencionada no número anterior por motivo imputável ao utilizador, este continua responsável pelos encargos entretanto decorrentes.

4 — A Entidade Gestora denuncia o contrato caso, na sequência da interrupção do serviço por mora no pagamento, o utilizador não proceda ao pagamento em dívida com vista ao restabelecimento do serviço no prazo de dois meses.

Artigo 72.º

Caducidade

1 — Nos contratos celebrados com base em títulos sujeitos a termo, a caducidade opera no termo do prazo respetivo.

2 — Os contratos referidos no n.º 2 do Artigo 67.º podem não caducar no termo do respetivo prazo, desde que o utilizador prove que se mantêm os pressupostos que levaram à sua celebração.

3 — A caducidade tem como consequência a retirada imediata dos respetivos contadores, e medidores, caso existam, e o corte do abastecimento de água.

SECÇÃO II

Disposições especiais do contrato de fornecimento

Artigo 73.º

Caução

1 — A Entidade Gestora pode exigir a prestação de uma caução para garantia do pagamento do consumo de água nas seguintes situações:

a) No momento da celebração do contrato de fornecimento de água, desde que o utilizador não seja considerado como consumidor na aceção da alínea m) do Artigo 6.º;

b) No momento do restabelecimento de fornecimento, na sequência de interrupção decorrente de mora no pagamento e, no caso de consumidores, desde que estes não optem pela transferência bancária como forma de pagamento dos serviços.

2 — A caução referida no número anterior é prestada por depósito em dinheiro, cheque ou transferência eletrónica ou através de garantia bancária ou seguro-caução, e o seu valor é calculado da seguinte forma:

a) Para os consumidores é igual a quatro vezes o encargo com o consumo médio mensal dos últimos 12 meses, nos termos fixados pelo Despacho n.º 4186/2000, publicado no Diária da República, 2.ª série, de 22 de fevereiro de 2000;

b) Para os restantes utilizadores, no valor de 50€.

3 — Para as instituições de fins não lucrativos, desde que registadas nas suas próprias designações e sejam titulares da instalação, o valor da caução é calculado como se de uso doméstico se tratasse.

4 — O utilizador que preste caução tem direito ao respetivo recibo.

Artigo 74.º

Restituição da caução

1 — Findo o contrato de fornecimento a caução prestada é restituída ao utilizador, nos termos da legislação vigente, deduzida dos montantes eventualmente em dívida.

2 — Sempre que o consumidor, que tenha prestado caução nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo anterior, opte posteriormente pela transferência bancária como forma de pagamento, tem direito à imediata restituição da caução prestada.

3 — A quantia a restituir será atualizada em relação à data da sua última alteração, com base no índice anual de preços ao consumidor, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

CAPÍTULO V

Estrutura tarifária e faturação dos serviços

SECÇÃO I

Estrutura tarifária

Artigo 75.º

Incidência

1 — Estão sujeitos às tarifas relativas ao serviço de abastecimento de água e de recolha de águas residuais todos os utilizadores finais que disponham de contrato, sendo as tarifas devidas a partir da data do início da respetiva vigência.

2 — Para efeitos da determinação das tarifas fixas e variáveis os utilizadores são classificados como domésticos ou não domésticos.

Artigo 76.º

Estrutura tarifária

1 — Pela prestação do serviço de abastecimento de água e de recolha de águas residuais são faturadas aos utilizadores:

a) A tarifa fixa de abastecimento de água e de recolha de águas residuais, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias;

b) A tarifa variável de abastecimento de água e de recolha de águas residuais, devida em função do volume de água fornecido e recolhido durante o período objeto de faturação, sendo diferenciada de forma progressiva de acordo com escalões de consumo, expressos em m³ de água por cada trinta dias.

2 — As tarifas previstas no número anterior, englobam a prestação dos seguintes serviços:

a) Execução, manutenção e renovação de ramais, incluindo a ligação do sistema público ao sistema predial, com a ressalva prevista no Artigo 79.º ou nos números seguintes;

b) Fornecimento de água e ou recolha e encaminhamento de águas residuais;

c) Celebração ou alteração de contrato de fornecimento de água e ou contrato de recolha de águas residuais;

d) No serviço de fornecimento de água:

i) Disponibilização e instalação de contador individual;

ii) Disponibilização e instalação de contador totalizador por iniciativa da Entidade Gestora;

iii) Leituras periódicas programadas e verificação periódica do contador;

iv) Reparação ou substituição de contador, torneira de segurança ou de válvula de corte, salvo se por motivo imputável ao utilizador.

e) No serviço de recolha de águas residuais urbanas:

i) Execução e conservação de caixas de ligação e sua reparação, salvo se por motivo imputável ao utilizador;

ii) Instalação de medidor de caudal individual, quando a Entidade Gestora a tenha reconhecido técnica e economicamente justificável, e sua substituição e manutenção, salvo por motivo imputável ao utilizador.

3 — Para além das tarifas referidas no n.º 1, são cobradas pela Entidade Gestora tarifas em contrapartida de serviços auxiliares, designadamente:

a) Execução de ramais de ligação nas situações previstas no Artigo 79.º;

b) Realização de vistorias ou ensaios de sistemas prediais e domiciliários a pedido dos utilizadores;

c) Suspensão e reinício da ligação do serviço por incumprimento do utilizador;

d) Suspensão e reinício da ligação do serviço a pedido do utilizador;

e) Leitura extraordinária de consumos de água ou de caudais rejeitados, por solicitação do utilizador;

f) Verificação extraordinária de contador ou de medidor de caudal a pedido do utilizador;

g) Informação sobre o sistema público de abastecimento e de saneamento em plantas de localização;

h) Ligação temporária ao sistema público, designadamente para abastecimento a estaleiros e obras e zonas de concentração populacional temporária;

i) Fornecimento de água em autotanques, salvo quando justificado por interrupções de fornecimento, designadamente em situações em que esteja em risco a saúde pública;

j) Desobstrução de sistemas prediais e domiciliários de saneamento;

k) Recolha, transporte e destino final de lamas provenientes de fossas sépticas, recolhidas através de meios móveis.

4 — Nos casos em que haja emissão do aviso de suspensão do serviço por incumprimento do utilizador e o utilizador proceda ao pagamento dos valores em dívida antes que a mesma ocorra, não há lugar à cobrança da tarifa prevista na alínea d) do número anterior.

Artigo 77.º

Tarifa fixa

Aos utilizadores finais domésticos e não domésticos aplica-se a respetiva tarifa fixa única, expressa em euros por cada 30 dias.

Artigo 78.º

Tarifa variável

1 — A tarifa variável do serviço aplicável aos utilizadores domésticos é calculada em função dos seguintes escalões de consumo, expressos em m³ de água por cada 30 dias:

a) 1.º Escalão: até 5;

b) 2.º Escalão: superior a 5 e até 15;

c) 3.º Escalão: superior a 15 e até 25;

d) 4.º Escalão: superior a 25 e até 50;

e) 5.º Escalão: superior a 50.

2 — A tarifa variável do serviço aplicável aos utilizadores não domésticos é calculada em função dos seguintes escalões de consumo, expressos em m³ de água por cada 30 dias:

a) 1.º Escalão: até 25;

b) 2.º Escalão: superior a 25 e até 50;

c) 3.º Escalão: superior a 50 e até 75;

d) 4.º Escalão: superior a 75 e até 100;

e) 5.º Escalão: superior a 100.

3 — Quando não exista medição através de contador, o volume de águas residuais recolhidas corresponde ao produto da aplicação de um coeficiente de recolha de referência de âmbito nacional, igual a 90 % do volume de água consumido.

4 — O valor final da componente variável do serviço devida pelo utilizador é calculado pela soma das parcelas correspondentes a cada escalão.

5 — A tarifa variável aplicável aos contadores totalizadores é calculada em função da diferença entre o consumo nele registado e o somatório dos contadores que lhe estão indexados.

6 — A tarifa variável do serviço de abastecimento aplicável a utilizadores não domésticos é de valor igual ao 3.º escalão da tarifa variável do serviço aplicável aos utilizadores domésticos.

7 — O fornecimento de água centralizado para aquecimento de águas sanitárias em sistemas prediais, através de energias renováveis, que não seja objeto de medição individual a cada fração, é globalmente faturado ao valor do 2.º escalão da tarifa variável do serviço prevista para os utilizadores domésticos.

Artigo 79.º

Execução de ramais de ligação

1 — A construção de ramais de ligação superiores a 20 metros está sujeita a uma avaliação da viabilidade técnica e económica pela Entidade Gestora.

2 — Se daquela avaliação resultar que existe viabilidade, os ramais de ligação apenas são faturados aos utilizadores no que respeita à extensão superior à distância referida no número anterior.

Artigo 80.º

Tarifários especiais

1 — Os utilizadores podem beneficiar da aplicação de tarifários especiais nas seguintes situações:

a) Utilizadores domésticos:

i) Tarifário social, aplicável aos utilizadores finais cujo agregado familiar possua para efeitos de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) rendimentos que não ultrapasse 12 vezes o valor do IAS;

ii) Tarifário familiar, aplicável aos utilizadores domésticos finais cuja composição do agregado familiar ultrapasse quatro elementos (filhos em idade escolar, até aos 25 anos);

b) Utilizadores não domésticos:

i) Tarifário social, aplicável a instituições particulares de solidariedade social, organizações não governamentais sem fim lucrativo ou outras entidades de reconhecida utilidade pública cuja ação social o justifique, legalmente constituídas;

ii) Tarifário de incentivo, aplicável a qualquer pessoa coletiva, pública ou privada, que desenvolva atividades nos setores da Indústria, Energia, Comércio, Turismo, Transportes e Serviços, cujo projeto seja suscetível de criar uma nova dinâmica e tal seja reconhecido por deliberação da Câmara Municipal.

2 — O tarifário social e familiar para utilizadores domésticos consiste na isenção das tarifas fixas.

3 — O tarifário social para utilizadores não domésticos consiste na aplicação de uma redução de 10 % a partir do 2.º escalão, face aos valores das tarifas aplicadas a utilizadores finais não domésticos.

4 — O tarifário de incentivo para utilizadores não domésticos consiste na aplicação do 1.º escalão independentemente do consumo.

Artigo 81.º

Acesso aos tarifários especiais

1 — Para beneficiar da aplicação do tarifário especial os utilizadores finais domésticos devem entregar à Entidade Gestora, em cada caso, os seguintes documentos:

- a) Cópia da declaração ou nota de liquidação do IRS;
- b) Comprovativo da constituição do agregado familiar.

2 — Os utilizadores finais não-domésticos que desejem beneficiar da aplicação do tarifário social devem entregar uma cópia os seguintes documentos:

- a) Cópia dos estatutos;
- b) Nota justificativa para obtenção de tarifário especial.

3 — A aplicação dos tarifários especiais tem a duração de três anos, findo o qual deve ser renovada a prova referida no número anterior, para o que a Entidade Gestora deve notificar o utilizador com a antecedência mínima de 30 dias.

Artigo 82.º

Aprovação dos tarifários

1 — O tarifário do serviço de água é aprovado até ao termo do ano civil anterior àquele a que respeite.

2 — O tarifário produz efeitos relativamente aos utilizadores finais 15 dias depois da sua publicação, sendo que a informação sobre a sua alteração acompanha a primeira fatura subsequente.

3 — O tarifário é disponibilizado nos locais de estilo e ainda no sítio da internet da Entidade do Município.

SECÇÃO II

Faturação

Artigo 83.º

Periodicidade e requisitos da faturação

1 — A periodicidade das faturas é mensal, podendo ser bimestral desde que corresponda a uma opção do utilizador por ser por este considerada mais favorável e conveniente.

2 — O serviço de saneamento é faturado conjuntamente com o serviço de abastecimento e obedece a mesma periodicidade.

3 — As faturas emitidas discriminam os serviços prestados e as correspondentes tarifas, podendo ser baseadas em leituras reais ou em estimativas de consumo, nos termos previstos no Artigo 56.º e no Artigo 57.º, bem como as taxas legalmente exigíveis.

Artigo 84.º

Prazo, forma e local de pagamento

1 — O pagamento da fatura de fornecimento de água e ou de recolha de águas residuais emitida pela Entidade Gestora deve ser efetuada no prazo, na forma e nos locais nela indicados.

2 — O prazo para pagamento da fatura não pode ser inferior a 20 dias a contar da data da sua emissão.

3 — O utilizador tem direito à quitação parcial quando pretenda efetuar o pagamento parcial da fatura e desde que estejam em causa serviços funcionalmente dissociáveis, tais como o serviço de gestão de resíduos urbanos face ao serviço de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais.

4 — Não é admissível o pagamento parcial das tarifas fixas e variáveis associadas aos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, bem como da taxa de recursos hídricos associada.

5 — A apresentação de reclamação escrita alegando erros de medição do consumo de água suspende o prazo de pagamento da respetiva fatura caso o utilizador solicite a verificação extraordinária do contador após ter sido informado da tarifa aplicável.

6 — A apresentação de reclamação escrita alegando erros de medição do consumo de água, no caso de este ser utilizado como indicador do volume de águas residuais produzidas, suspende o prazo de pagamento das tarifas relativas ao serviço de águas residuais incluídas na respetiva fatura, caso o utilizador solicite a verificação extraordinária do contador após ter sido informado da tarifa aplicável.

7 — No caso do volume de águas residuais recolhidas ser objeto de medição direta, suspende igualmente o prazo de pagamento da fatura a apresentação de reclamação escrita alegando erros de medição do respetivo contador, caso o utilizador solicite a verificação extraordinária do contador após ter sido informado da tarifa aplicável.

8 — O atraso no pagamento, depois de ultrapassada a data limite de pagamento da fatura, permite a cobrança de juros de mora à taxa legal em vigor.

9 — O atraso no pagamento da fatura superior a 15 dias, para além da data limite de pagamento, confere à Entidade Gestora o direito de proceder à suspensão do serviço desde que o utilizador seja notificado com uma antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data em que venha a ocorrer.

10 — Não pode haver suspensão do serviço de abastecimento de água, nos termos do número anterior, em consequência da falta de pagamento de um serviço funcionalmente dissociável do abastecimento de água, quando haja direito à quitação parcial nos termos do n.º 3.

11 — O aviso prévio de suspensão do serviço deve ser enviado por correio registado ou outro meio equivalente, podendo o respetivo custo ser imputado ao utilizador em mora.

Artigo 85.º

Prescrição e caducidade

1 — O direito ao recebimento do serviço prestado prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação.

2 — Se, por qualquer motivo, incluindo o erro da Entidade Gestora, tiver sido paga importância inferior à que corresponde ao consumo efetivado, o direito do prestador ao recebimento da diferença caduca dentro de seis meses após aquele pagamento.

3 — A exigência de pagamento por serviços prestados é comunicada ao utilizador, por escrito, com uma antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data-limite fixada para efetuar o pagamento.

4 — O prazo de caducidade das dívidas relativas aos consumos reais não começa a correr enquanto a Entidade Gestora não puder realizar a leitura do contador por motivos imputáveis ao utilizador.

Artigo 86.º

Arredondamento dos valores a pagar

1 — As tarifas são aprovadas com duas casas decimais.

2 — Apenas o valor final da fatura, com IVA incluído, é objeto de arredondamento, feito aos centimos de euro em respeito pelas exigências do Decreto-Lei n.º 57/2008, de 26 de maio.

Artigo 87.º

Acertos de faturação

1 — Os acertos de faturação do serviço são efetuados:

- a) Quando a Entidade Gestora proceda a uma leitura, efetuando-se o acerto relativamente ao período em que esta não se processou;
- b) Quando a Entidade Gestora proceda a um acerto da faturação do serviço de água, nos casos em que não haja medição direta do volume de águas residuais recolhidas;
- c) Quando se confirme, através de controlo metrológico, uma anomalia no volume de águas ou de efluentes medido.

2 — Quando a fatura resulte em crédito a favor do utilizador final, o utilizador pode receber esse valor autonomamente no prazo de 30 dias, procedendo a Entidade Gestora à respetiva compensação nos períodos de faturação subsequentes caso essa opção não seja utilizada.

SECÇÃO III

Disposições especiais

Artigo 88.º

Contador para usos de água que não geram águas residuais

1 — Os utilizadores finais podem requerer a instalação de um segundo contador para usos que não deem origem a águas residuais recolhidas pelo sistema público de saneamento.

2 — No caso de utilizadores domésticos, aos consumos do segundo contador são aplicadas as tarifas variáveis de abastecimento previstas para os utilizadores não domésticos.

3 — No caso de utilizadores não domésticos a tarifa fixa é determinada em função do diâmetro virtual, calculado através da raiz quadrada dos somatórios do quadrado dos diâmetros nominais dos contadores instalados.

4 — O consumo segundo contador não é elegível para o cômputo das tarifas de saneamento e resíduos, quando exista tal indexação.

**MUNICÍPIO DE PROENÇA-A-NOVA****Regulamento n.º 681/2019**

Sumário: Alteração ao Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas.

Alteração ao Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas

João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo, Presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, em cumprimento no disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º em articulação com o artigo 56.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para efeitos dos artigos 139.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, torna público que a Assembleia Municipal de Proença-a-Nova, na sua sessão extraordinária realizada no dia 26 de julho de 2019, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, após período de consulta pública, conforme o estipulado no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, a alteração ao Regulamento do Serviço de Abastecimento Público e Águas e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, cujo texto ora se publica.

31 de julho de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo*.

Nota Justificativa

Pretende-se com a presente alteração fazer face às recomendações da ERSAR, ou seja, alterar os escalões dos tarifários, bem como retirar o tarifário social, uma vez que atendendo aos critérios legais existentes o mesmo é muito abrangente, correndo-se o risco de beneficiar pessoas que não são carenciadas.

O tarifário do serviço de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, atualmente em vigor, não tem em consideração a dimensão da família, penalizando fortemente os consumos mais elevados por habitação, pelo que o tarifário especial para famílias numerosas passará a consistir no alargamento dos escalões da tarifa variável por cada membro do agregado familiar que ultrapasse os quatro elementos, em 1 m³ no 1.º escalão e 2 m³ nos 2.º e 3.º escalões.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, tendo sido dado cumprimento ao estipulado no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, elaborou-se a presente alteração, que agora se propõe à consideração da Câmara Municipal, para ser submetido a consulta pública, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, e posterior sancionamento pela Assembleia Municipal de Proença-a-Nova no âmbito do n.º 1 da alínea g) do artigo 25.º e n.º 1 da alínea k) do artigo 33.º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 1.º

São alterados os artigos 5.º, 28.º, 31.º, 78.º, 80.º, 81.º, que passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 5.º

[...]

1 — [...].

2 — Em toda a área do Município de Proença-a-Nova, a Entidade Gestora responsável pela conceção, construção e exploração do sistema público de água para consumo humano e do sistema público de saneamento de águas residuais é a Águas do Vale do Tejo, S. A., na área da respetiva concessão, e o Município de Proença-a-Nova.



Artigo 28.º

[...]

A rede geral de distribuição de água e de saneamento de águas residuais é propriedade do Município, sem prejuízo de a gestão e a exploração do serviço público de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas caberem à Águas do Vale do Tejo, S. A.

Artigo 31.º

[...]

Os ramais de ligação são propriedade do Município, sem prejuízo de a gestão e a exploração do serviço público de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas caberem à Águas do Vale do Tejo, S. A.

Artigo 78.º

[...]

1 — A tarifa variável do serviço aplicável aos utilizadores domésticos é calculada em função dos seguintes escalões de consumo, expressos em m³ de água por cada 30 dias:

- a) 1.º Escalão: até 5;
- b) 2.º Escalão: superior a 5 e até 15;
- c) 3.º Escalão: superior a 15 e até 25;
- d) 4.º Escalão: superior a 25.

2 — A tarifa variável do serviço aplicável aos utilizadores não domésticos tem um escalão único, que corresponde ao 2.º escalão do consumo doméstico.

- 3 — [...].
- 4 — [...].
- 5 — [...].
- 6 — [...].
- 7 — [...].

Artigo 80.º

Tarifário para famílias numerosas

1 — Os utilizadores podem beneficiar de tarifário para família numerosa, aplicável aos utilizadores domésticos cuja composição do agregado familiar ultrapasse quatro elementos.

2 — O tarifário para famílias numerosas consiste no alargamento dos escalões da tarifa variável por cada membro do agregado familiar que ultrapasse os quatro elementos em:

- a) 1 m³ no 1.º escalão;
- b) 2 m³ nos 2.º e 3.º escalões.

3 — Para efeitos do número anterior, consideram-se membros do agregado familiar todos os residentes com domicílio fiscal na habitação servida.

4 — (Revogado.)

Artigo 81.º

Acesso ao tarifário para famílias numerosas

1 — Para beneficiar da aplicação do tarifário para famílias numerosas os utilizadores finais domésticos devem entregar anualmente à Entidade Gestora comprovativo da constituição do agregado familiar.



2 — (Revogado.)

3 — (Revogado.)»

Artigo 2.º

A presente alteração entra em vigor no dia seguinte à sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

312491653